

HABEAS CORPUS Nº 493.032 - MG (2019/0040176-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES - MG098517
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EDMAR HERBERT GOMES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

EDMAR HERBERT GOMES DA SILVA alega sofrer coação ilegal em virtude de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, no Habeas Corpus n. 1.0000.18.138340-7/000.

No entanto, observo que os autos **não foram instruídos com cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do réu** – cujos motivos foram citados pelo Colegiado *a quo*, ao denegar o *writ* ali manejado –, **documento imprescindível para o exame da tese aqui suscitada (falta de fundamentação da necessidade da custódia)**.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. É cogente ao impetrante ou ao recorrente – sobretudo quando se trata de advogado constituído – apresentar elementos suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** esta impetração.

Nada impede, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja conhecido.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

